

Famílias em mudança **Configurações, valores e processos de recomposição**

Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Cristina Lobo

Estamos facilmente de acordo com a afirmação de que a família já não é o que era. Mas tal constatação nada trará de novo, podendo ter sido igualmente proferida há um século atrás por aqueles que se preocuparam em compreender as formas de relacionamento familiar e conhecer a sociedade de então. Na obra de Durkheim, designadamente, encontram-se referências às mudanças familiares ocorridas na transição das sociedades de antigo regime para a modernidade, tal como já o seu precursor Auguste Comte assinalava com preocupação o “enfraquecimento” da instituição familiar e as consequências daí advindas para a ordem social. Também os teóricos da sociedade contemporânea continuam a enfatizar as transformações da família como um dos aspectos mais relevantes da chamada segunda modernidade. Não se tratando do mesmo tipo de mudanças pode-se, porventura, encontrar algo em comum na alusão que lhes é feita por autores cujas obras têm mais de um século a separá-las. Tanto Durkheim, por um lado, como Beck e Beck-Gernsheim (2001) por outro, apontam a importância da individualização como vector por que passam muitas das alterações da vida familiar. Com efeito, Durkheim (1975 [1892]) enfatiza, na “primeira” modernidade, a emergência da família conjugal e a independência dos indivíduos que a compõem relativamente às redes de parentesco. Já as teorias da modernidade tardia sublinham a autonomia individual e a reflexividade como elementos que conferem aos agentes sociais capacidade de acção, de assunção de riscos e de inovação, consentâneos com relações afectivas de carácter mais efémero que pontuam biografias erráticas. Em detrimento dos laços familiares, de índole perene, ganhariam significado novas formas de vida, as “relações puras”, de natureza menos duradoura, com acento no bem-estar individual, sendo aqui fundamental relevar a democratização das relações de género e a emancipação das mulheres (Giddens, 1991; Beck e Beck-Gernsheim, 2001).

Na análise das tendências de mudança das famílias que ao longo do século XX e até ao presente têm vindo a ocorrer nas sociedades ocidentais, tanto

se podem relevar os processos de reconfiguração das formas familiares e das modalidades de organizar o quotidiano, como o enfoque pode ser colocado nas dinâmicas inerentes a novos quadros normativos, a novos significados de família e a diferentes concepções sobre o modo de viver os afectos que não passam pelo casamento heterossexual nem pela procriação.

Vários autores sublinharam, nas suas abordagens, a privatização e o fechamento familiares (Sennett, 1988; Shorter, 1975; Lasch, 1977) e a autonomização da família nuclear do grupo mais amplo de parentesco, em torno do qual se estruturaria a sustentação económica e a protecção dos seus membros, nas sociedades pré-industriais. Com a emergência da industrialização e do trabalho assalariado a família alterou as suas relações com a actividade económica. Face ao modelo tradicional, a família nuclear moderna teria perdido funções produtivas e educativas, estas últimas partilhadas com a escola, e adquirido novas funções, no plano emocional-afectivo e do desenvolvimento da personalidade da criança (Parsons, 1971 [1955]). Também no plano dos valores terão ocorrido mudanças com impacto no processo de individualização. A família tornou-se o lugar chave de realização pessoal e de construção identitária, a esfera privada que resguarda os indivíduos do espaço público, formal e impessoal, e lhes dá liberdade de escolha por contraposição aos constrangimentos da comunidade e do colectivo familiar mais amplo, do período pré-industrial.

A partir do terceiro quartel do século XX os estudos identificam transformações na intimidade (Giddens, 2001), novas conjugalidades (Kauffmann, 1993; Singly, 1991; Torres, 1996a; Aboim, 2006), estratégias procriativas geradoras de uma redução significativa da natalidade e associadas a novos significados acerca dos filhos (Almeida, 2004; Wall, 2005; Cunha, 2007), relações mais democratizadas entre os diversos elementos da família, representações diferentes dos papéis de género, entendidos agora como mais igualitários, ganhando também maior visibilidade e relevo as uniões homossexuais (Almeida, 2006; Silva, 2006), a monoparentalidade e os processos de recomposição familiar (Lobo, 2007), designadamente decorrentes de continuadas dinâmicas de ruptura conjugal, bem como as articulações que presentemente se estabelecem entre família e trabalho, com a presença massiva das mulheres na esfera profissional e a alteração nos modos de gerir a vida familiar (Guerreiro e Ávila, 1998; Torres, 2004; Wall e Guerreiro, 2005).

Em todas estas dimensões da investigação, e em particular no que respeita à situação das mulheres, encontram-se sinais iniludíveis de se estar, no que às sociedades ocidentais diz respeito, perante realidades familiares em boa parte afastadas significativamente tanto das famílias de finais do século XIX como das de meados do século XX. Nuns casos tais mudanças tendem a ser aplaudidas e encaradas como necessárias para pôr termo a alegados efeitos nefastos, inscritos em determinadas formas de relacionamento familiar, designadamente os ligados à subordinação das mulheres a dominações patriarcais. Noutros, tendem a ser enfatizados os efeitos menos positivos que do suposto

declínio ou fragilização da família possam advir para os indivíduos e para a sociedade (Berger e Berger, 1983).

Contudo, para além dos sinais positivos ou negativos colocados na interpretação das mudanças, o que se constata é que por detrás da agência e da reflexividade dos indivíduos não deixa de estar presente uma determinada forma familiar, independentemente da sua configuração, mais ortodoxa ou mais inovadora. A capacidade de o indivíduo enfrentar e gerir riscos advém-lhe muitas vezes do apoio emocional e material proporcionado por aqueles que são considerados como fazendo parte da sua família, das competências sociais e afectivas que, pela socialização, as famílias transmitem aos seus membros. Na verdade, estas, nas suas formas plurais, continuam a ser fonte e cimento de valores morais para os indivíduos que nelas nascem e as constituem (Amato e Booth, 1997; Levy, Widmer e Kellerhals, 2002). Como afirmam Segalen (1993) ou Saraceno e Naldini (2003), entre muitos outros, apesar de permanecer ao longo das várias épocas o discurso sobre a perda de importância da família, a instituição familiar, na diversidade de modelos e significados que assume nos diferentes períodos históricos, tem revelado robustez e fortes capacidades de adaptação às mutações sociais, económicas e culturais, sendo mesmo considerada como participante activa do processo de modernização e transformação das sociedades, embora algumas perspectivas acentuem o carácter exógeno das mudanças ocorridas nos sistemas familiares (Therborn, 2004).

Estas análises comparativas tendem a ser feitas relativamente às sociedades ocidentais e a um conjunto de países considerados industrializados e estruturalmente distintos dos chamados países do terceiro mundo. Nesse sentido, apesar de a história do continente europeu lhe conferir algumas especificidades, a família na Europa ocidental e na sociedade norte-americana poderia apresentar várias similitudes, decorrentes da industrialização, da urbanização e da secularização, parâmetros fundamentais no estabelecer de comparações com outras regiões do globo, como a África ou a Ásia, a nível de um conjunto de variáveis demográficas e sociofamiliares (Qvortrup, 1989). Por outro lado, estudos de historiadores franceses (Ladurie, 2000 [1975]) e anglo-saxónicos (Laslett e Wall, 1972) vieram evidenciar que a família nuclear teria antecedido a modernização na Europa ocidental, estando aí relativamente generalizada através do princípio do casamento neolocal, ao passo que a família extensa teria antes constituído uma forma familiar mais presente na Europa de Leste, onde o patriarcado era mais forte (Berger e Berger, 1983; Therborn, 2004). Salvaguardando as heterogeneidades internas a cada país, as famílias da Europa nórdica e do Centro apresentariam ao longo dos séculos características distintas não apenas das famílias de outras sociedades e culturas, como as do continente africano e asiático, ou do mundo islâmico, mas também se afastariam significativamente dos modelos familiares da Europa do Sul e de Leste (Goldthorpe, 1987; Therborn, 2004).

As últimas décadas assistiram à integração no espaço político europeu dos países da Europa do Sul e, mais recentemente, de alguns países da Europa de Leste, passando a coexistir distintas tradições familiares. Em que medida as diferenças familiares perduram ou tendem a esbater-se, sobretudo naqueles cuja integração já conta algumas décadas? Terão as políticas europeias contribuído para também se unificarem práticas e assemelharem configurações no âmbito da esfera privada? Tem sido evidenciada a ocorrência de um processo de estandardização de longo prazo dos modelos de família. Por outro lado, nas análises de curto prazo sobressaem as modalidades alternativas de estilos de vida e de arranjos familiares que os indivíduos estabelecem para atenderem às suas necessidades e expectativas, o que conduz a uma maior diversidade de estruturas familiares. Além disso, os percursos de vida e as transições que neles ocorrem são cada vez menos sequenciais e em espaços temporais pouco regulares. De que modo isso se reflecte nos tipos de família de cada país? Será possível identificar padrões cujos traços se associem a diferentes perfis societários? Como interferem nestes processos as políticas do estado-providência?

Este capítulo pretende analisar as configurações familiares da sociedade portuguesa e com elas comparar a realidade dos diversos países que presentemente integram a União Europeia. Num primeiro momento procede-se a uma caracterização das estruturas familiares e dos principais indicadores demográficos e sociais a partir dos dados disponíveis no INE e no Eurostat. Numa lógica comparativa procurar-se-á avançar pistas para a compreensão e explicação de certas especificidades do caso português. Seguidamente proceder-se-á a uma análise comparativa sobre os valores inerentes às famílias das diferentes nacionalidades, com base em dados do European Social Survey. Com base ainda nos dados deste grande inquérito europeu, analisaremos de forma mais detalhada as tendências a respeito da conjugalidade — casamento, coabitação e divórcio — na Europa. Por último, avançar-se-á com uma análise, ainda que breve, do fenómeno demográfico do recasamento na sociedade portuguesa — entre 2001 e 2005 —, identificando um conjunto estruturado de características sociográficas dos seus protagonistas. Para além disso, sintetizam-se as conclusões mais significativas de um estudo qualitativo sobre os principais momentos de transição incorporados num processo de recomposição familiar.

Mudanças demográficas na Europa: especificidades do caso português

A comparação dos indicadores demográficos portugueses mais recentes com os de há algumas décadas indicia mudanças sociais significativas que têm contribuído para a reconfiguração dos estilos de vida e dos modelos familiares. Se até ao terceiro quartel do século XX a tendência foi no sentido da

estandardização dos padrões característicos da modernidade, a partir de então assiste-se a uma inversão de tendências que assentam na redução drástica das taxas de nupcialidade (civil e católica) e de natalidade, tendo aumentado por seu lado a taxa de divórcio e de crianças nascidas fora do casamento. A idade dos homens e das mulheres quando da entrada num casamento oficializado é agora mais elevada e mais próxima entre si, relativamente às décadas anteriores, situando-se a média da idade de ser mãe pela primeira vez (e para muitas mulheres a única) acima dos 28 anos. A dimensão dos agregados domésticos está a reduzir-se, tal como a proporção de famílias complexas. Em contrapartida crescem as unidades domésticas de pessoas sós, maioritariamente constituídas por pessoas idosas, mas onde as gerações mais novas assumem gradualmente maior proporção. Quando comparados os dados dos Censos de 1991 e de 2001, nota-se um crescimento exponencial de pessoas jovens a viverem sós, ainda que o seu valor ronde apenas os 3% (Guerreiro, 2003; Wall e Aboim, 2003). Está-se, deste modo, perante indícios de que as dinâmicas familiares da sociedade portuguesa se estão a aproximar dos processos de modernidade avançada, ainda que a nível regional se identifiquem algumas diferenças e permanências, sinal de que no país se sobrepõem traços modernos com outros mais tradicionais. Veja-se, por exemplo, a taxa de casamentos católicos que, embora decrescente em todo o país, continua a ser significativamente mais elevada no Norte de Portugal, enquanto no Sul e nas regiões autónomas se encontram valores mais baixos de nupcialidade religiosa.¹ Parecem persistir no Norte e no Centro valores mais tradicionais e mais forte crença religiosa, o que se reflecte no facto de aí também ser menor a taxa de divórcio, a proporção de crianças nascidas fora do casamento, bem como de uniões de facto.

Outro dado determinante na compreensão dos comportamentos familiares prende-se com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, nomeadamente nas idades em que têm filhos pequenos. Com efeito, a taxa de actividade feminina não pára de aumentar e em certas franjas etárias aproxima-se muito das taxas de actividade masculina. Tendo aumentado a sua escolaridade nas últimas quatro décadas, as mulheres adquiriram qualificações e profissionalizaram-se, sendo notável o impacto da sua participação profissional no crescimento da população activa, pese embora a forte segregação de género, vertical e sectorial, que o mercado de trabalho ainda apresenta (Ferreira, 1993; Guerreiro, 2000; Torres, 2004).

Olhando agora para o contexto europeu, a leitura comparada dos indicadores de família e emprego evidencia tendências homólogas nos vários países, tendências essas que vão no sentido de um retardar de certas fases das trajectórias dos indivíduos e, conseqüentemente, dos processos e tempos das

1 A análise destes valores pode ser encontrada em Lalande (2002).

Quadro 1.1 Evolução dos indicadores de família e actividade profissional

	1960	1991	2001	2006
Idade média no 1º casamento				
Mulheres	24,8	24,2	26,1	27,5
Homens	26,9	26,2	27,8	29,1
Idade média no nascimento do 1º filho				
Mulheres	25,0	24,9	26,8	28,1
Taxas de nupcialidade (1)	7,8	7,3	5,7	4,5
% casamentos católicos	90,7	72,0	62,5	52,1
Taxa de divórcio (2)	0,1	1,1	1,8	2,2
Taxa de natalidade (3)	24,1	11,8	11,0	10,0
Índice sintético de fecundidade (4)	3,2	1,6	1,4	1,3
Nascimentos fora do casamento (5)	9,5	15,6	23,8	31,6
Dimensão média dos agregados domésticos (6)	3,8	3,1	2,8	–
Agregados domésticos de pessoas sós*	11,5	12,4	15,5	–
Agregados domésticos de pessoas sós jovens (15-29 anos)**	–	1,4	3,2	–
Agregados domésticos de famílias complexas (6)	15,4	13,9	10,4	–
Taxas de actividade feminina				
Global	13,0	35,5	45,5	47,7
25-29 anos	19,8	74,1	85,0	85,4
30-34 anos	16,6	72,3	83,3	88,3
35-39 anos	15,3	69,0	79,9	87,0

Notas: 1) Casamentos X 1000/pop. média. 2) Divórcios X 1000/pop. média. 3) Nascimentos X 1000/pop. média. 4) Número de filhos por mulher em idade fértil 15/49 anos. 5) Total de nados vivos nascidos fora do casamento por 100 nados vivos. 6) Os critérios para a definição deste tipo de famílias podem ser encontrados em Almeida e outros (1998: 49).

Fonte: Almeida e outros (1998); Almeida e outros (2007); INE, *Indicadores Sociais 2006*; INE, *Inquérito ao Emprego, 2006*; *Wall e Aboim (2003); **Guerreiro (2003).

Quadro 1.2 Indicadores demográficos por região

NUT II	Casamentos católicos	Em união de facto*	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa bruta de natalidade	Índice sintético de fecundidade	Nados vivos fora do casamento
Portugal	52,1	3,7	4,5	2,2	10,0	1,36	31,6
Continente	53,3	3,7	4,5	2,2	9,9	1,36	31,9
Norte	63,3	2,1	4,9	2,0	9,6	1,26	21,9
Centro	56,4	2,8	4,3	1,9	8,7	1,24	26,7
Lisboa e V.Tejo	39,0**	6,1	4,2	2,5	11,4***	1,55	42,9**
Alentejo	57,3***	–	–	–	8,4***	–	27,0***
Algarve	47,3	4,7	3,6	1,9	8,4	1,30	37,6
R.A. Açores	33,8	7,3	4,0	2,4	11,5	1,70	48,7
R.A. Madeira	25,9	1,9	6,0	2,4	11,6	1,48	22,6
	42,6	2,3	5,4	2,3	11,9	1,46	29,6

Notas: *Indivíduos que declaram viver em união de facto nos Censos de 2001, em Almeida e outros (2007); **Lisboa ***Médio Tejo

Fonte: INE, *Indicadores Sociais, 2006*.

Quadro 1.3 Indicadores de família e emprego na Europa

Países	Agregados de várias pessoas	Pessoas sós	Casais sem filhos	Casais com filhos	Mãe/pai com filhos	Famílias complexas e múltiplas	Filhos c/ 30-34 anos em casa	Coabitação	Taxa de nupcialidade	Taxa de divórcio	Índice de fertilidade	Taxa bruta de natalidade	Taxa de emprego feminino
Total (média)	-	-	-	-	-	-	13,4	-	4,88**	2,0**	-	10,57*	58,3*
Bélgica	-	-	-	-	-	-	10,0	-	-	2,9	-	11,50	55,3
Rep. Checa	2,0	30,3	18,5	32,1	12,1	5,1	11,3	2,7	5,15	3,1	1,33	11,30	57,3
Dinamarca	3,4	36,8	26,8	20,6	4,5	7,8	-	11,5	6,70	2,8	1,83	11,95	73,2
Alemanha	1,0	35,8	28,0	24,7	5,5	4,9	6,8	5,5	4,54	2,4	1,32	8,16	64,0
Estónia	3,1	33,5	16,6	23,7	11,7	11,4	10,0	7,6	5,18	3,0	1,55	11,07	65,9
Grecia	3,9	19,7	18,1	31,7	6,8	19,7	21,3	1,3	5,18	1,2	1,39	10,05	47,9
Espanha	4,0	20,3	15,3	32,8	6,3	21,3	22,7	2,2	4,80	1,7	1,38	10,94	54,7
Francia	2,0	31,0	24,3	29,6	7,0	6,1	7,2	-	4,34	2,5	2,00	13,13	60,0
Irlanda	7,1	21,6	16,4	36,6	10,1	8,2	15,6	4,8	5,13***	0,8	1,93	15,07	60,6
Itália	2,5	24,9	19,4	37,8	8,1	7,3	26,1	2,2	4,13	0,8	1,32	9,50	46,6
Chipre	2,1	16,0	19,4	39,6	4,7	18,2	10,7	1,0	6,80	2,0	1,47	11,30	62,4
Letónia	3,4	25,0	15,5	30,1	20,3	5,8	21,4	-	6,39	2,8	1,35	9,73	64,4
Lituânia	0,4	28,7	14,9	17,3	3,5	35,3	-	2,4	6,26	3,3	1,31	9,21	62,2
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	9,9	-	4,12	2,3	1,65	11,66	56,1
Hungria	2,9	26,2	20,7	29,3	9,2	11,6	13,5	5,3	4,42	2,5	1,34	9,91	50,9
Holanda	0,7	33,6	29,1	29,2	5,6	1,9	4,8	9,7	4,35	2,0	1,70	11,32	69,6
Áustria	2,2	33,5	20,4	27,5	8,8	7,6	10,4	5,8	4,46	2,4	1,40	9,40	64,4
Polónia	1,6	24,8	14,2	35,6	11,0	12,7	16,1	1,3	5,93	1,8	1,27	9,81	50,6
Portugal	1,9	17,3	21,8	39,3	7,0	12,7	15,1	4,0	4,52	2,2	1,35	9,96	61,9
Eslovénia	1,9	21,9	13,9	36,6	10,2	15,5	22,6	4,7	3,17	1,3	1,31	9,43	62,6
Eslováquia	1,7	19,4	14,9	8,8	3,6	51,7	14,5	0,6	4,81	2,1	1,24	9,99	53,0
Finlândia	2,5	37,3	23,7	23,2	7,3	6,0	5,9	9,7	5,36	2,6	1,84	11,17	68,5
Reino Unido	-	-	-	-	-	-	7,9	-	5,23***	2,2	1,84	12,34	65,5
Roménia	1,8	18,9	19,1	31,5	7,7	21,0	12,0	3,0	6,79	1,5	1,31	10,16	52,8
Bulgária	-	-	-	-	-	-	11,7	-	4,26	1,9	1,37	9,60	57,6
Liechtenstein	1,9	32,5	21,4	32,3	6,3	5,5	8,4	4,1	4,31	2,3	1,42	10,30	-
Noruega	1,1	37,7	20,6	28,8	8,0	3,8	6,0	9,5	4,66	2,3	1,90	12,56	74,0
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71,8
Suíça	2,0	36,0	25,8	27,0	4,8	3,7	4,8	5,8	5,32	2,8	1,43	9,80	71,6

Fonte: Eurostat, Censos 2001; INE, *Estatísticas Demográficas*, 2006; *Labour Force Survey*, 2006; *Europa 27 países; ** UE27, 2005; ***2005.

transições que conduzem à constituição de novas famílias. A escolaridade tende a ser prolongada, a inserção no mercado de trabalho faz-se de forma mais sincopada e reversível, o mesmo se passando quanto aos processos de autonomização das jovens gerações relativamente às famílias de origem, à estruturação de uma vida a dois e à entrada na parentalidade (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2004). Reflexo disso e da existência de outros quadros de valores, significados, orientações e constrangimentos quanto à vida familiar e conjugal é a permanência até mais tarde em casa dos pais, o aumento médio da idade de casamento e de as mulheres terem o primeiro filho, bem como o forte decréscimo das taxas de natalidade e contínuo crescimento da profissionalização feminina. Por outro lado a dissociação entre procriação e casamento formal acentua-se, subindo o número de crianças nascidas de uniões conjugais não formais. Tendo baixado, em geral, os casamentos oficiais, as uniões de facto ganham peso significativo. O número das famílias monoparentais mantém-se com expressão moderada, já que ao crescimento das separações se associa o dos recasamentos e recomposições familiares. Os casais com e sem filhos, em valores oscilantes, representam o conjunto mais representativo dos tipos de família em quase todos os países europeus.

Mas se este é o cenário global, não deixam de se identificar diferenças inter-países que se conjugam de modo a salientar perfis particulares no mapa sócio-demográfico-familiar da Europa. Da análise do quadro 1.3 ressalta que os padrões demográficos e familiares do Norte da Europa se distinguem significativamente dos do Sul e do Leste europeus, enquanto nos países da Europa central se encontram situações intermédias, ainda que nalguns casos mais próximas da Europa do Norte.

As estruturas domésticas de pessoas sós, compostas na sua maioria por idosos mas onde os jovens assumem grande peso, têm forte expressão nos países nórdicos. É aí que se encontram menos casais com filhos, sendo norma que os descendentes se autonomizem das famílias de origem quando atingem a idade adulta. Também por isso é mais reduzido, nesses países, o número de filhos adultos em casa dos pais, sendo maior a taxa de coabitações, de nupcialidade (nalguns países como a Dinamarca e a Finlândia, por exemplo) e também o índice de fecundidade, o que significa haver nestes países outras predisposições e condições de independência para se transitar para a vida adulta e para a parentalidade. São os países nórdicos que têm as maiores taxas de emprego feminino, confortavelmente acima da meta dos 60% da Estratégia de Lisboa, para além da mais vasta cobertura a nível de equipamentos de cuidados a crianças e a dependentes, por um lado, promovendo igualmente licenças parentais partilhadas.

O quadro oposto a este encontra-se nas famílias da Europa do Sul e de Leste, onde as pessoas sós são predominantemente idosas. Encontram-se menos jovens entre as pessoas sós e mais em casa dos progenitores. Registam-se percentagens significativas de indivíduos em idades para além dos 30 anos

que ainda não estão autonomizados residencialmente da família de origem. Portugal inscreve-se nesta tendência, embora com valores não tão elevados quanto os que Espanha, Itália e Grécia registam, bem como a Eslovénia e a Letónia. A par de Portugal situam-se a Hungria e a Eslováquia, a Polónia e a Irlanda. Cresce de Sul e Leste para Norte o volume de jovens a viverem afastados das suas famílias de origem.

As famílias complexas, por sua vez, tendem a expandir-se do Norte para Sul e Leste, onde se encontra a maior proporção de agregados complexos em países como a Lituânia ou a Eslováquia (mais de 22%). A par de eventuais factores culturais que possam ser avançados como explicação para a existência de aglomerados familiares mais numerosos, na base desta complexidade familiar poderão estar dificuldades económicas e do ponto de vista habitacional. Os índices de fecundidade são mais baixos nos países do Sul e de Leste, assumindo também expressão modesta os valores da coabitação.

Entre os países do Sul, por outro lado, Portugal diverge nalguns comportamentos, designadamente no que concerne aos mais elevados padrões femininos de profissionalização. A especificidade de Portugal, que se vem manifestando desde os anos 70 e se mantém até à actualidade, deve-se a um efeito combinado de vários factores. Para além das condições socioeconómicas da população e dos baixos salários masculinos, há que ter em consideração a guerra colonial (1961-1974), os processos emigratórios e o facto de o pós-revolução política de 1974 ser um período de acolhimento da defesa de perspectivas igualitárias.

Nos sectores sociais mais desfavorecidos, o fenómeno da emigração teve como efeitos indirectos um certo protagonismo feminino. As mulheres que ficavam eram obrigadas a decidir sozinhas, confrontavam-se com situações novas, assumiam posições, organizavam e geriam a vida familiar, experimentavam alguma liberdade. As que saíam com os cônjuges conheciam outras realidades. O desenvolvimento, mesmo forçado, do protagonismo das mulheres, o conhecimento de outros mundos, contribuíram para a criação de uma nova realidade e de uma nova imagem das competências femininas fora do lar, reveladas em várias pesquisas qualitativas em que o trabalho profissional surge como importante forma de afirmação pessoal (Torres, 2004; Monteiro, 2005).

Noutros sectores sociais, mais escolarizados, os treze anos de guerra colonial vêm introduzir algumas alterações. O surto de relativo crescimento económico dos finais de 50 tinha criado postos de trabalho para quadros médios e superiores, mas a guerra colonial e o serviço militar obrigatório adiam até quatro anos o momento de entrada dos jovens, do sexo masculino, na vida activa, quando não impõem saídas do país e outras mudanças. Em contrapartida, as jovens, universitárias ou com escolaridade secundária, tinham os potenciais cônjuges, a acabar os cursos para depois ir para a guerra, ou já na guerra, com

ou sem a sua formação completada. O mercado oferecia-lhes oportunidades de emprego compatíveis — função pública, professorado, empresas. O tempo de espera para que os homens regressassem parecia demasiado longo e abria-se a possibilidade de, além de ocupar o tempo, realizar dinheiro. Essas oportunidades foram, assim, agarradas por muitas dessas jovens. Uma vez entradas no mundo do trabalho, tornam-se raras as saídas. Nestes sectores sociais, a compatibilização da vida familiar com a vida profissional conta, ainda nessa altura, com apoios domésticos pagos, baratos e abundantes.² O 25 de Abril surge depois, reforçando este protagonismo, como período de abertura às ideias de igualdade entre homens e mulheres, tendo também sido reformuladas leis obsoletas e patriarcais. A história específica desta geração de mulheres activas e mais escolarizadas tem diversas consequências.³

Conclusões de várias pesquisas apontam para a importância dos efeitos de transmissão, no plano dos comportamentos, de uma geração a outra, mostrando que a actividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho. São efeitos específicos de socialização, aliás, tanto mais reforçados quanto maior for o nível de ensino atingido pela mãe.⁴ Nesta perspectiva a participação no mercado de trabalho das jovens com escolaridade secundária e universitária nos anos 60 e 70 pode contribuir para explicar os altos níveis de presença actual das jovens portuguesas no ensino superior (Guerreiro e Romão, 1995) — algumas das quais serão certamente suas filhas — mesmo em sectores tradicionalmente masculinos.⁵

2 Nos anos 60, com o declínio da agricultura e os movimentos migratórios da população para o estrangeiro e para as grandes cidades, verificou-se grande aumento de mão-de-obra feminina não qualificada que se empregava no serviço doméstico.

3 As mulheres que integraram este grupo são, provavelmente, a explicação para a existência de um número bastante elevado de mulheres, relativamente aos homens, que realizaram doutoramentos nos anos 80 em Portugal em áreas que noutros países tendem a ser mais fortemente masculinizadas, como a matemática (49%), a física (44%), a química (63%) ou a biologia (61%). Comparativamente a outros países Portugal tem também uma percentagem mais elevada de professoras catedráticas: em 2001, nesta categoria podíamos encontrar em França 14%, na Itália 12%, no Reino Unido 10%, na Alemanha 10% e em Portugal 19%. Deve notar-se, no entanto, que se mantém em Portugal, tal como noutros países, o *gap* existente entre homens e mulheres, estando os primeiros muitíssimo mais representados nos postos de direcção e/ou altamente qualificados nas instituições universitárias e científicas (Amâncio, 2003: 189, 191).

4 Autores como Louis André Vallet, Claude Thélot e François de Singly, citados por Martine Segalen (1993: 194), consideram que existe uma hereditariedade nos modelos de profissionalização. Segundo Vallet, os destinos das filhas dependem mais da posição materna do que da paterna, isto é, quando as mães exercem uma actividade, as filhas mais facilmente farão o mesmo. Thélot e Singly, por sua vez, mostram que quanto mais alta é a escolaridade das mães, maiores são as probabilidades de os filhos alcançarem uma melhor posição na profissão.

5 Ainda quanto à participação na vida universitária, vale a pena salientar que as mulheres portuguesas, já no início dos anos 90, eram as mais representadas em cursos ditos tradicionalmente masculinos. No ano lectivo de 1992/93, em engenharia e arquitectura, as

Também explicará parcialmente a sua propensão para desejar conciliar plenamente a actividade profissional com a vida familiar.⁶

Retomando os dados globais, faz agora sentido sublinhar algumas tendências de fundo. Em síntese, o Norte da Europa tem famílias mais pequenas e destaca-se pela existência de mais jovens a viverem sozinhos, de menos casais com filhos e de menos pessoas a viver em casa dos pais, indicadores de maior afirmação de autonomia.

Nos países do alargamento e do Sul as famílias tendem a ser ligeiramente maiores, têm menos indivíduos a viver sós, sendo pessoas mais velhas a maior parte dos que estão nesta situação. Esses países caracterizam-se ainda por terem mais inquiridos a viver com os ascendentes, em especial no caso dos jovens. Estamos assim perante diferenças na Europa que persistem, tal como Roussel (1992) e Therborn (2004) nos mostraram já. Mas as amplitudes dessas diferenças foram-se esbatendo ao longo dos últimos anos, como mostram as análises longitudinais, verificando-se assim também sinais de convergência. Isso mesmo ver-se-á, adiante, ainda melhor.

Família, amigos, lazer e trabalho: apostas fundamentais na vida dos europeus

Os grandes processos de transformação na família a que se assistiu em toda a Europa, e que temos vindo a analisar, são acompanhados por vezes de reacções que tendem a interpretar estas mudanças como menor interesse dos europeus relativamente à vida familiar. A análise sistemática das respostas a inquéritos que têm focado estes temas conduz no entanto a outras conclusões.

Ora, os dados do European Social Survey (ESS) permitem também observar o retrato global das dimensões da vida a que os europeus dão prioridade. Esse retrato, representado na figura 1.1, responde a duas questões que se referem directamente às transformações da esfera familiar. Em primeiro lugar, se processos sociais como a maior autonomização dos membros do casal e a individualização das possibilidades de vida significam uma quebra da importância da família face a outras esferas da vida. Em segundo lugar, se os países europeus diferem entre si consoante as diferenças nos arranjos entre os princípios da autonomia e da organização da vida em comum. A figura 1.1 permite responder com um retumbante “não” às duas questões.

mulheres eram 28% dos estudantes (média europeia 18%), em ciências naturais eram 61% (média europeia, 44%) e em matemáticas constituíam 45% (média europeia, 28%) (Torres, 2002).

6 Num inquérito aos jovens do concelho de Loures são quase 90% as mulheres que defendem a simetria total entre homens e mulheres a respeito quer do desempenho da actividade profissional, quer quanto à partilha das tarefas domésticas (Torres, 1996b).

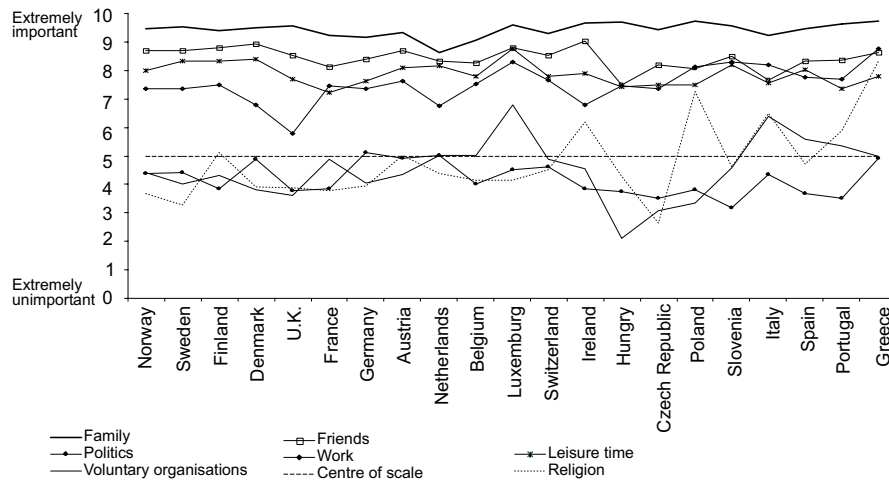


Figura 1.1 Importância de cada um dos aspectos na vida (média)

Importância atribuída à família	Variância: $F=64,764$; $p=0,000$; $Eta^2=0,035$
Importância atribuída aos amigos	Variância: $F=60,408$; $p=0,000$; $Eta^2=0,033$
Importância atribuída aos tempos livres	Variância: $F=35,43$; $p=0,000$; $Eta^2=0,020$
Importância atribuída à política	Variância: $F=87,289$; $p=0,000$; $Eta^2=0,047$
Importância atribuída ao trabalho	Variância: $F=136,920$; $p=0,000$; $Eta^2=0,072$
Importância atribuída à religião	Variância: $F=336,823$; $p=0,000$; $Eta^2=0,159$
Importância das organizações de voluntariado	Variância: $F=245,970$; $p=0,000$; $Eta^2=0,122$

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Quanto à primeira questão, de facto, as dimensões afectivas (família, amigos) aparecem nos lugares cimeiros, estando a religião e política, geralmente, nos últimos lugares da hierarquia. Verifica-se também que a família é um valor autónomo face a outros, não estando ligado, por exemplo, à religião. No que respeita à segunda questão, a família não é mais importante em determinados países europeus em comparação com outros. É um valor adquirido para todos os países do ESS, pois os países escandinavos apresentam valores muito próximos da Espanha e até superiores aos da Itália quanto à importância dada à família.

A família não está, por isso, em crise, sendo, pelo contrário, a principal esfera de investimento pessoal. O que parece ter mudado foram os modelos familiares e as representações e os modos de investimento na família. Fenómenos como a baixa da fecundidade e a banalização e desdramatização do divórcio e da coabitação não podem, portanto, ser lidos como sintomas do declínio da família, mas antes como sintomas de novos investimentos e sentidos que lhe são dados, como o afastamento da ideia de que a família é definida essencialmente pelo laço formal. Com a afirmação da autonomia e a desvalorização da componente institucional do casamento,

bem como da diferenciação rígida dos papéis sexuais, a construção da família mantém-se como a dimensão mais importante da vida dos europeus. Aí se define agora um lugar onde se pretende que haja afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço para a plena realização afectiva.

Apesar de as prioridades que os indivíduos atribuem à família e ao trabalho enquanto esferas da vida poderem reflectir diferenças de personalidade, experiências de socialização e de vida ou de contexto cultural (Prince-Gibson e Schwartz, 1998), verifica-se que ambos os sexos atribuem prioridades muito semelhantes à família e ao trabalho. Homens e mulheres avaliam a dimensão familiar como a mais importante das suas vidas (com valores acima dos 9, numa escala de 0 a 10), e a importância dada à dimensão do trabalho fica remetida para terceiro ou quarto lugar, como vimos atrás, mas com valores muito semelhantes para os dois sexos. A existência de maiores diferenças intra-sexos do que inter-sexos, segue as conclusões de outros estudos realizados no âmbito da sociologia do género: há menos diversidade entre os sexos do que dentro do grupo das mulheres ou do grupo dos homens (Amâncio, 1994; Kimmel, 2000; Connel, 2002; Torres e Brites, 2006), como está de resto ilustrado de forma desenvolvida noutra artigo deste volume.

Vale a pena agora ver mais em detalhe as transformações referentes à conjugalidade, nas suas diferentes modalidades, já que esta é uma das dimensões da vida familiar em que se têm verificado mudanças significativas, em particular nos últimos anos, quer no espaço europeu, quer especificamente em Portugal.

O casamento: a principal forma de conjugalização em toda a Europa

A partir do retrato da Europa quanto ao estado civil — tendo em conta também as relações em regime de coabitação —, interessa discutir factores e processos sociais que poderão explicar os padrões vigentes.

No quadro 1.4, o que salta à vista é que ainda se vive na “Europa dos casados”, visto que este é sem dúvida o estado civil maioritário em praticamente todos os países. Só a Suécia tem menos de 50% de casados, ainda que este seja, apesar de tudo, o grupo modal. Notam-se pois algumas diferenças entre países.

É nos países escandinavos que se pode observar o menor número de indivíduos casados da Europa. Nos países do Sul essas percentagens rondam os 60%.

Os valores respeitantes às coabitações revelam maior informalidade das relações nos países escandinavos (mais de 30% de coabitantes) e em alguns países do Norte e Centro da Europa (mais de 20% no Reino Unido, na Alemanha, na Áustria e na Suíça). Pelo contrário, os países do Sul têm os valores mais baixos da Europa, com a Itália a registar o maior valor neste grupo, não chegando aos 8% da população. A Grécia é o país com menos pessoas a coabitar (3%), seguido de Portugal (4%).

Na figura 1.2 verifica-se que as percentagens de casados vão subindo, embora de forma não muito acentuada, quando se passa da Escandinávia para os países do Sul da Europa. Mais notória é a linha das coabitações, que sofre uma descida muito acentuada desde os países escandinavos até aos do Sul. O sentido da evolução das duas linhas deixa por isso a impressão de que os números do casamento estão correlacionados com números da coabitação, embora o valor da correlação obtido ($r = 0,32$) sugira a existência de outros factores pertinentes na explicação das percentagens de casados e de coabitações nos diferentes países.

Quanto às gerações mais novas, a figura 1.3 apresenta uma inversão interessante entre as linhas referentes ao casamento e à coabitação, quando se passa dos países escandinavos e nórdicos para os países do alargamento e do Sul. De facto, entre as duas situações existe uma correlação significativa para os mais jovens ($r = -0,55$). Contudo, a figura 1.3 sugere uma tendência para a conjugalização e, apesar dos valores altos de coabitação entre os jovens, em determinados países, grande parte acabará por desembocar no casamento, como sugerem os valores totais dos indivíduos que estão casados, vistos atrás.

Nos países escandinavos, do Norte e do Centro da Europa a tendência mais frequente é, portanto, a coabitação, havendo uma separação clara entre a saída da casa dos pais e o casamento. Em contraste, nos países do Sul as percentagens de jovens a coabitar são das mais baixas da Europa, pelo que se deduz que a conjugalização e a saída da casa dos pais se faz essencialmente pela via do casamento e da constituição de família.

A opção pelo casamento poderá indicar a existência, entre outros factores, de retracção perante uma modalidade menos formalizada e também menos protegida legalmente, como é a coabitação (Torres, 2002). Por outro lado, a coabitação não surge como uma opção em alternativa ou contra o casamento. Como é sugerido por Kaufmann (1993), ela aparece muitas vezes como etapa de selecção de parceiros, consumando-se o casamento quando há garantias de estabilidade, quando se toma a decisão de ter filhos ou quando eles já existem, como assinala Oinonen (2004). No mesmo sentido, Bozon (1992: 445) mostra para a França que, mesmo entre aqueles que viviam em coabitação, a maioria acaba não só casando como realizando a cerimónia segundo o ritual católico. Não estamos pois nestes casos perante a “desinstitucionalização” do casamento, como alguns propuseram, mas sim perante um adiamento e uma atitude mais pragmática nas opções de vida e perante as instituições (Torres, 2002: 67).

Espanha e Itália diferem aqui relativamente a Portugal, pois têm menos jovens casados, mas não porque estabeleçam relações informais como os jovens escandinavos. Se esses dois países têm poucos jovens casados, a coabitar e a viverem sozinhos é porque se mantêm em casa dos pais, como já foi referido e se verificou noutros estudos (Saraceno, Olagnero e Torrioni, 2005).

Quadro 1.4 Estado civil e coabitação (%)

	Casado(a)	Separado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Solteiro(a)	Vive em coabitação
Noruega	51,3	1,2	7,2	7,1	33,2	36,9
Suécia	46,1	0,8	8,9	5,4	38,8	36,9
Finlândia	50,2	0,7	9,3	6,4	33,4	24,5
Dinamarca	55,0	0,8	7,6	5,7	30,9	35,5
Reino Unido	55,7	2,4	7,1	6,9	27,9	21,8
França	58,3	1,3	5,7	5,7	29,0	28,6
Alemanha	56,2	1,9	7,5	8,2	26,2	20,9
Áustria	58,4	1,1	6,4	5,8	28,3	24,4
Holanda	63,2	0,4	4,9	5,9	25,6	—
Bélgica	53,5	2,5	8,2	6,4	29,4	19,1
Luxemburgo	54,4	1,4	4,7	5,3	34,2	15,6
Suíça	58,9	1,5	7,4	4,3	27,9	22,1
Irlanda	55,3	3,3	1,1	7,4	32,9	8,0
Hungria	55,3	0,8	8,5	12,3	23,1	15,1
Rep. Checa	64,4	1,8	8,3	10,6	14,9	13,3
Polónia	57,6	0,5	3,2	9,8	28,9	3,6
Eslovénia	53,9	0,7	3,7	9,0	32,7	14,4
Itália	60,5	2,2	1,8	6,7	28,8	7,6
Espanha	58,5	1,7	1,2	7,5	31,1	4,9
Portugal	64,8	0,7	2,2	7,5	24,8	4,0
Grécia	66,6	0,6	1,6	7,6	23,6	3,0
Média	57,8	1,6	5,2	7,4	28,0	20,4

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Na análise dos valores da percentagem de divorciados/as — no quadro 1.4 e na figura 1.3 — o factor mais interessante a reter, como já tínhamos observado para as famílias monoparentais, é o facto de os valores serem baixos (média de 5,2%). Isso revela de forma nítida a transitoriedade destas situações, tal como tem sido mostrado nos estudos sobre o tema da recomposição familiar (Lobo e Conceição, 2003). A comparação entre países remete-nos novamente para o já conhecido padrão de diferenças entre os escandinavos, do Norte e do Centro e os do Sul, sendo a percentagem de divorciados superior nos primeiros países e sendo os do Sul acompanhados ainda pela Irlanda e pela Polónia.

Para confirmar o que tem sido dito sobre a transitoriedade da situação de divorciado/a vale a pena observar na figura 1.4 —, que compara a percentagem de divorciados com a percentagem de inquiridos casados que alguma vez se divorciaram — e mostra que na maior parte dos países os valores daqueles que alguma vez se divorciaram são superiores aos dos que estavam divorciados na altura da aplicação do inquérito.

Note-se que é, em geral, nos países em que as taxas de divórcio têm sido mais elevadas, isto é, onde se pode presumir que as recomposições familiares ou o retorno à conjugalidade sejam também práticas mais instaladas, que há muito mais pessoas que alguma vez foram divorciadas do que o número das que actualmente o são.

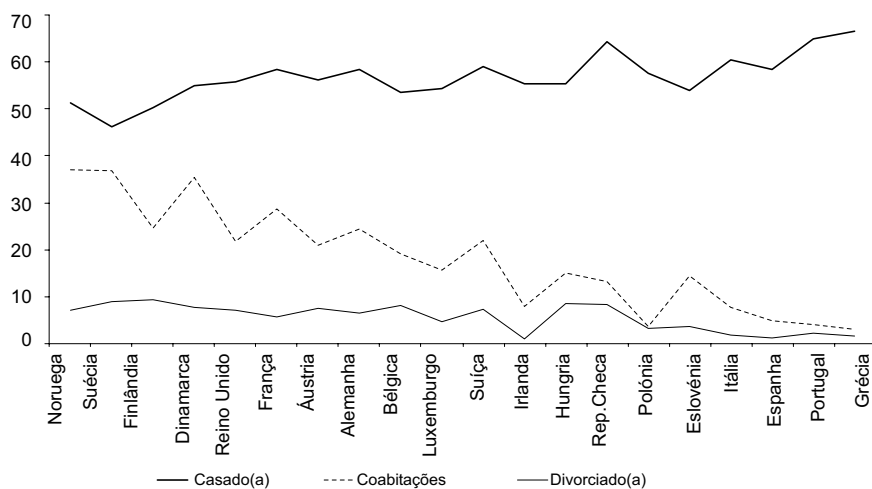


Figura 1.2 Casados, divorciados e em coabitação (%)

Nota: Os dados da Holanda não foram incluídos porque não são fidedignos no que respeita à pergunta sobre se vive com algum parceiro (eventual mistura de coabitações com casamentos).

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Para além dos factores de natureza cultural e religiosa, que veremos adiante, é possível estabelecer uma relação entre a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que permite a menor dependência económica tanto das mulheres como dos homens perante o casamento, e a maior percentagem de divorciadas/os.⁷

Outro factor pertinente na explicação do maior número de divórcios na Europa é, como notam Roussel (1992) e Therborn (2004), o processo de secularização, isto é, o menor peso da religião nas práticas e decisões quotidianas como casar, coabitar ou divorciar-se.

A tendência que se verifica em toda Europa, independentemente dos patamares de onde se parta, para o crescimento do divórcio, constitui uma regularidade. Ela tem como pano de fundo transformações na família e os chamados efeitos da maior sentimentalização das relações, revelando-se cada vez mais hegemónica uma perspectiva que valoriza, no essencial, que amor e entendimento devem perdurar numa relação e que, se tal não se verificar, passa a ser admissível a quebra da relação (Torres, 1996a; 2002).

7 Vários estudos mostram que o facto de as mulheres serem activas pode ser um factor também facilitador para os homens tomarem a iniciativa do divórcio, já que ficam com menos encargos, nomeadamente quanto à prestação de alimentos, depois da separação (Torres, 1996a).

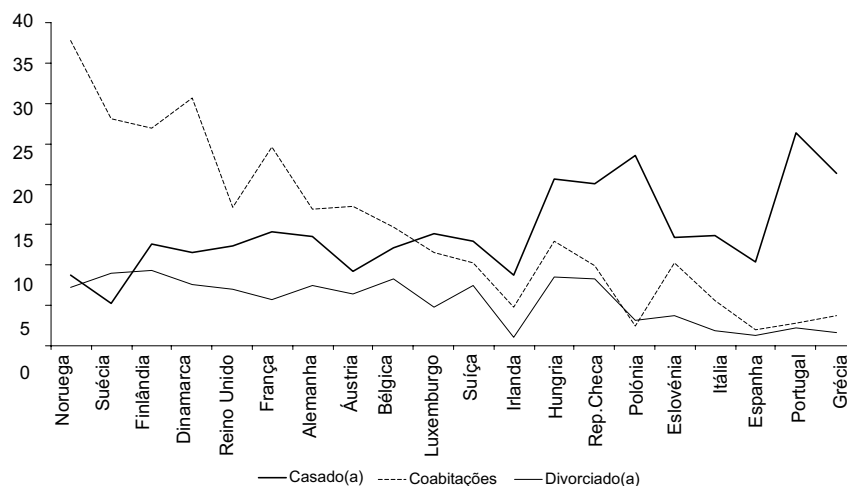


Figura 1.3 Indivíduos dos 15 aos 29 anos casados, divorciados ou a coabitar (%)

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Sintetizando agora os aspectos fundamentais, os dados do ESS mostram que o casamento permanece como a principal forma de conjugalização e que existe também entre os europeus um desejo forte de viver em conjugalidade, seja formal ou informalmente, já que as situações de divorciada/o e as de monoparentalidade tendem a ter fraca expressão, revelando-se assim situações transitórias. O papel central que a vida familiar e conjugal desempenham para a felicidade pessoal, como veremos melhor à frente, é de tal maneira relevante que a maioria das pessoas divorciadas tendem a voltar à conjugalidade.

O corte sincrónico mostra diferenças entre os países do ESS. Por um lado, temos países como os escandinavos, e do Norte e Centro da Europa, com mais coabitações e divórcios e com menos pertença religiosa. Já nos países do Sul, na Polónia e na Irlanda, a religião tem maior peso e é onde existe o número mais elevado de casamentos formais, bem como menos divórcios e menos coabitações.

Contudo, qualquer análise diacrónica mostra que se verificam processos de transformação em toda a Europa que têm tido o mesmo sentido evolutivo e apontam todos na mesma direcção: maior valorização dos interesses individuais, valor acrescido tanto da família como da privacidade e da satisfação pessoal, exigência de posições simétricas entre homens e mulheres⁸ e desvalorização ou

8 Note-se aqui o papel do movimento feminista (diferencialmente eficaz e presente em diferentes graus consoante o país) na mudança global da imagem da mulher e do casal.

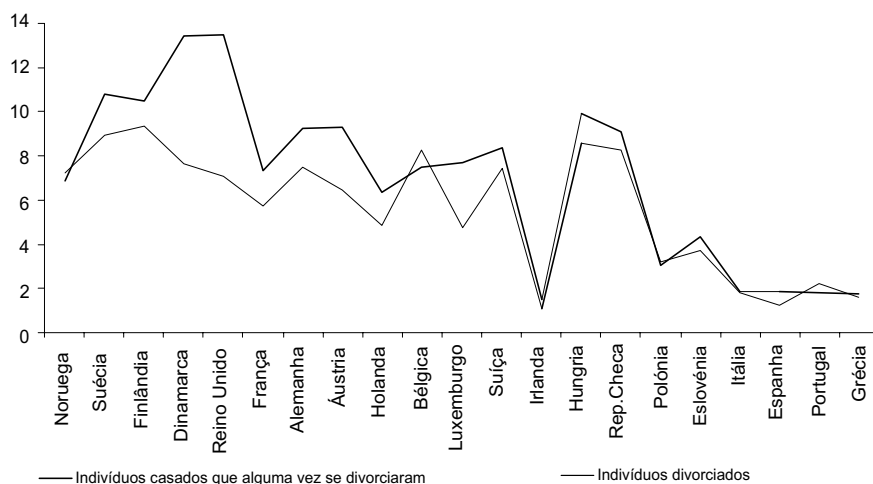


Figura 1.4 Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram (%)

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

resistência a formas externas de imposição e condicionamento. Questiona-se assim a ideia tradicional de uma relação conjugal formal com papéis desiguais ou diferenciados e indissolúvel (Roussel, 1992; Giddens, 1991). E se estas são tendências globais apreciáveis para o conjunto da população, são os jovens, e em especial as mulheres, os que em geral tendem a aderir mais a estas perspectivas, como já se viu e se conclui de resultados de outras pesquisas (Torres, 1996b).

Assim, é a mudança do sentido que se atribui ao casamento, mesmo até quando ele se realiza segunda o ritual católico, que parece ser de sublinhar. Importa salientar, em todo o caso, que, para além das diferenças entre os países europeus já indicadas, também internamente a cada país coexistem perspectivas diferentes. Se no plano dos valores a grande maioria se vai distanciando de uma visão tradicionalista do casamento e da família, a verdade é que se mantêm grupos mais ou menos minoritários aderentes a estas posições. Em contrapartida, realidades resultantes do aumento do divórcio, como os processos de recomposição social, tornam-se também mais frequentes. São estas as realidades sobre as quais nos debruçaremos agora com mais pormenor para o caso português.

Recasamento e recomposições familiares: dinâmicas de um processo

Num cenário de mudanças cruzadas entre os vários sectores da sociedade portuguesa adquiriu visibilidade estatística um fenómeno demográfico, inscrito nas transformações das práticas familiares — o recasamento.

Uma análise quantitativa do recasamento (Ferreira e outros, 2008), para além de vir reforçar a afirmação desta “forma de casamento” (Bernard, 1971 [1956]) enquanto uma prática conjugal dos portugueses, também permitiu identificar um conjunto estruturado de características sociográficas dos seus protagonistas.

Assim, em Portugal, entre 2001 e 2005, assistiu-se a um crescimento gradual do recasamento de 11.357 para 12.450 casais, ou seja, em valores relativos, de 14,4% para 18,8%.⁹ Trata-se de um aumento suportado essencialmente pelo casamento de divorciados¹⁰ — nas mulheres essa prática passa de 7,5%, em 2001, para 10,7% em 2005, e nos homens de 9,3% para 12,5%. Quanto à média etária do recasamento, ela situa-se nos 43 anos para os homens e 38 anos para as mulheres.

No ano de 2005 mais de metade (cerca de 58%) dos casais em que pelo menos um não é solteiro viveu em coabitação antes do casamento, enquanto na situação de dois cônjuges solteiros esse valor não ultrapassou os 17,1%. Apesar de a maioria dos casais recasados coabitar antes do recasamento, só 23% dos casos trazem filhos comuns anteriores ao casamento. É claro que no universo dos recasamentos os filhos não comuns representam a maioria — cerca de 70% neste mesmo ano.

Importa também dar conta de algumas regularidades identificadas no estudo a que temos vindo a fazer referência, e que nos permitem delinear o comportamento do fenómeno do recasamento, em Portugal, bem como o perfil dos seus protagonistas: os divorciados, de ambos os sexos e qualquer que seja a sua idade, recasam muito mais frequentemente do que os viúvos; os homens de todas as idades recasam mais frequentemente do que as mulheres — apesar de esta tendência ter começado a mostrar, nos últimos anos, sinais claros de esbatimento. A idade é uma variável determinante na probabilidade de recasar, pois quanto mais jovem maior a propensão para entrar numa nova conjugalidade. Em contrapartida, as mulheres com mais idade e menos escolaridade têm muito menos probabilidades de voltarem a casar após um divórcio ou viuvez. Saliente-se ainda o facto de os protagonistas do recasamento serem tendencialmente mais velhos, pois maioritariamente passaram por uma situação de coabitação anterior à formalização do casamento, ao contrário do que acontece com os primeiros casamentos. A grande maioria tem filhos de relações anteriores e menos filhos em comum (filhos da recomposição), tendem a casar menos segundo a celebração católica e possuem geralmente habilitações mais baixas que os casais casados pela primeira vez. Tal

9 Em 2000, o número de casamentos envolvendo pelo menos um cônjuge não solteiro foi de 8.428, significando 13% do total de casamentos registados em Portugal (Lobo e Conceição, 2003).

10 Note-se que estamos perante um recasamento quando pelo menos um dos cônjuges não é solteiro.

acontece porque os divorciados e as divorciadas das profissões intelectuais e científicas, isto é, com habilitações ao nível do ensino superior, tendencialmente auto-regulam as suas segundas relações conjugais. Actualmente, o recuo da nupcialidade afecta em particular os recasamentos. E no mesmo sentido se pode afirmar que o aumento muito expressivo das coabitações bem como dos nascimentos fora do casamento, a que temos assistido nos últimos anos na sociedade portuguesa, se deve, em grande parte, às conjugalidades não legitimadas a seguir a um divórcio ou separação e aos nascimentos não oficializados de crianças das recomposições familiares.

Dinâmicas do processo de recomposição familiar

Tomar como objecto sociológico as recomposições familiares implica analisá-las enquanto um processo e não um momento estático e isolado num percurso de vida (Bohannan, 1970; Duberman, 1975; Furstenberg e outros, 1987). A recomposição é, tal como o primeiro casamento, o divórcio ou a monoparentalidade, um momento de transição, por vezes efémero, que herda as consequências das transições anteriores e condiciona as seguintes. Tal estratégia de investigação accionada em pesquisa anterior, ao contemplar a dimensão temporal permitiu não só realçar as transições, como captar as dinâmicas inscritas num processo de recomposição (Le Gall e Martin, 1991).¹¹

Percorridos os vários momentos das trajectórias conjugais das mães guardiãs e dos padrastos entrevistados para a pesquisa,¹² foi possível identificar dois tipos de dinâmicas — integração e exclusão — inscritas nos dois eixos estruturadores dos processos de recomposição familiar — conjugalidade e parentalidade — consoante condições objectivas de existência, trajectos passados, práticas e representações dos protagonistas destes processos, e cujas características mais relevantes se enunciam a seguir e, depois, se sintetizam no quadro 1.5.

Verificar a interdependência entre classes sociais e dinâmicas de recomposição familiar correspondia à hipótese principal que norteou tal investigação e, de facto, foi possível associar as dinâmicas de integração aos sectores mais intelectualizados — profissionais intelectuais e científicos, técnicos de nível intermédio — e as dinâmicas de exclusão aos empregados executantes, trabalhadores independentes e operários especializados.

Na verdade, as mães guardiãs e os padrastos mais escolarizados configuram as dinâmicas de integração através da tendência para a auto-regulação das suas conjugalidades recompostas, isto é, optam maioritariamente

11 Veja-se Lobo (2007).

12 Para a referida pesquisa entrevistaram-se vinte e quatro mães guardiãs e vinte e um padrastos. As configurações familiares recompostas analisadas apresentavam todas uma estrutura idêntica: mãe guardiã, filhos e padrasto (solteiro, separado ou divorciado) com ou sem filhos do primeiro casamento.

Quadro 1.5 Tipos de dinâmicas de recomposição familiar

	Dinâmicas de integração Capital económico e escolar (+)	Dinâmicas de exclusão Capital económico e escolar (-)
Conjugalidade recomposta	<ul style="list-style-type: none"> * auto-regulação (coabitação) * opção do casamento * mulheres desejam parceiro conjugal * centramento na conjugalidade * orientação para o passado, presente e futuro 	<ul style="list-style-type: none"> * regulação pelo direito (recasamento) * resistência das mulheres a essa legitimação * mulheres desejam pai para os seus filhos * centramento na parentalidade * orientação para o presente (+)
Divórcio e poder paternal	<ul style="list-style-type: none"> * divórcios de mútuo-consentimento e rápidos * separações (auto-regulação) * auto-regulação do poder paternal * cumprimento por parte dos pais do estabelecido pelo casal * relações amigáveis entre os ex-cônjuges 	<ul style="list-style-type: none"> * divórcios conflituosos e longos * regulação pelo direito do poder paternal * incumprimento por parte dos pais do estabelecido pelo direito * continuação de conflitos entre os ex-cônjuges ou ruptura das relações após divórcio
Parentalidade biológica	<ul style="list-style-type: none"> * continuidade das relações entre pais e filhos após separação * tendência para as mães integrarem os pais biológicos na educação dos seus filhos * pai biológico mais presente no quotidiano e na educação dos filhos 	<ul style="list-style-type: none"> * fragilização dos laços entre pais e filhos após divórcio * tendências para as mães excluírem os pais biológicos da educação dos seus filhos * pai biológico muito menos presente no quotidiano e educação dos filhos
Parentalidade social	<ul style="list-style-type: none"> * maior ambiguidade do papel de padrasto * padrastos quase-parentes (ou amigos) 	<ul style="list-style-type: none"> * reforço do exercício da autoridade dos padrastos legitimado pelas mães * padrastos-pais
Co-parentalidade	<ul style="list-style-type: none"> * relações (por vezes fortes) de co-parentalidade 	<ul style="list-style-type: none"> * ausência de relações de co-parentalidade
Casa da recomposição	<ul style="list-style-type: none"> * casa da primeira família da mãe guardiã e dos seus filhos, adaptada à recomposição 	<ul style="list-style-type: none"> * casa nova para a família do recasamento ou da recomposição
Rede da recomposição	<ul style="list-style-type: none"> * alargamento do espaço de circulação das crianças * pais do padrasto nem sempre são sogros e avós 	<ul style="list-style-type: none"> * alargamento mais restrito do espaço de circulação das crianças * pais do padrasto adoptados como sogros e avós
Representações sociais	<ul style="list-style-type: none"> * nostalgia em relação à família nuclear * família recomposta com especificidades e condicionalismos 	<ul style="list-style-type: none"> * identificação com a ideologia da família nuclear * tendência para considerar a família recomposta como "a família"

pela coabitação mesmo nas recomposições fecundas. Este projecto de casal recomposto privilegia a autonomia de cada um; estas mulheres desejam preferencialmente um parceiro romântico ou conjugal, na medida em que mantêm relações estreitas com os pais biológicos dos seus filhos, e por isso o casal recomposto centra-se mais na conjugalidade do que na parentalidade. Além do mais, estas mulheres integram na sua história conjugal todas as transições, sejam elas as referentes ao passado ou ao presente; também as primeiras rupturas conjugais nem sempre são legitimadas pelo direito, ou seja, correspondem a separações e não a divórcios. No caso dos divórcios são quase sempre por mútuo consentimento e rápidos, a tendência para a auto-regulação estende-se também ao poder paternal e os pais biológicos tendencialmente são mais cumpridores em relação ao que ficou estabelecido entre os ex-cônjuges. Apesar de fragilizarem os laços com os seus filhos, muitos destes pais estão presentes na sua educação e, por vezes, também nos seus quotidianos. Assim, os padrastos ficam com um campo de acção mais restrito e o seu papel reveste-se de maior ambiguidade dada a existência de relações fortes de co-parentalidade. A casa da recomposição é a mesma da primeira família da mãe guardiã e dos seus filhos, adaptada à recomposição familiar, e as crianças circulam com mais facilidade pelos vários grupos domésticos, mas nem sempre adoptam os pais dos padrastos como seus avós. Apesar de algumas mães guardiãs e padrastos deixarem transparecer uma certa nostalgia em relação à primeira família, não deixam de reconhecer as especificidades das famílias recompostas.

As dinâmicas de exclusão inscritas nos processos de recomposição das mães guardiãs e dos padrastos menos escolarizados identificam-se com uma maior tendência para a regulação pelo direito da sua conjugalidade recomposta. No entanto, são as mulheres que mais resistem ao recasamento, apesar de desejarem apagar a história da primeira família. Por outro lado, e porque praticamente excluem os ex-maridos das suas vidas e das dos seus filhos, pretendem que o actual marido desempenhe o papel de pai. Daí o casal recomposto se centrar mais na parentalidade do que na conjugalidade. Os divórcios revestem-se habitualmente de grande conflitualidade (quase não se verificam separações) e demoram mais tempo para se consumarem. Também o poder paternal é regulado pelo direito mas, mesmo assim, os pais biológicos não cumprem o que ficou estabelecido, isto é, raramente pagam as mensalidades e frequentemente cortam os laços com os seus filhos. Esta situação de incumprimento sistemático das obrigações dos pais biológicos prolonga o conflito e conduz à ruptura das relações entre os ex-cônjuges; perante a ausência de relações de co-parentalidade, as mães excluem os pais biológicos da educação dos seus filhos, legitimando assim a autoridade dos padrastos. Para esquecer de vez a família do primeiro casamento a casa da recomposição é nova e o grupo doméstico vive mais fechado ao exterior, isto é, o espaço de circulação das crianças não se alarga tanto porque também se cortaram relações com a

família do primeiro marido, e os pais dos padrastos rapidamente tomam o lugar de sogros e de avós dos enteados dos seus filhos. Neste tipo de recomposição o projecto familiar centra-se mais no nós-família, e o casal reproduz o modelo de família nuclear, considerando a sua família recomposta como “a família”. Como seria de esperar, confirmou-se também a hipótese sobre a sobreposição das dinâmicas de recomposição familiar determinadas pelos dois eixos — conjugalidade e parentalidade.

Para além do que ficou sistematizado acerca das principais características referentes aos dois tipos de dinâmicas inscritas nos processos de recomposição — integração e exclusão —, importa ainda fazer referência a outras questões, que, apesar de terem “escapado” a essa dicotomia, não deixam de estar relacionadas com as características incorporadas numa transição familiar. Nomeadamente no que toca à relação entre os primeiros casamentos e o processo de recomposição, à centralidade das mães guardiãs nas configurações familiares recompostas e, ainda, à influência da experiência anterior à recomposição de parentalidade biológica na relação entre padrastos e enteados.

Desde logo, a importância da ocorrência e duração dos primeiros casamentos no processo de recomposição familiar. Tal variável prende-se com a confirmação da hipótese sobre as repercussões do passado na regulação da configuração familiar recomposta. Quando os primeiros casamentos dos protagonistas da recomposição tiveram uma curta duração tal significa que, a seguir à ruptura, os ex-cônjuges entram novamente no mercado matrimonial ainda muito jovens, facilitando o encontro com um novo parceiro romântico. Para além disso, estes ex-cônjuges mais jovens protagonizam recomposições fecundas, ou seja, têm pelo menos uma criança da segunda relação ou recasamento. Acontece que na pesquisa foram as mulheres mais novas que se recompuseram com homens das mesmas idades, mas solteiros e sem filhos de relações anteriores; estes padrastos, pelo facto de entrarem numa família monoparental com uma criança pequena, têm mais facilidade em criar laços mais estreitos com o(a) enteado(a). Este tipo de recomposição é o mais invisível de todos, pois esta estrutura familiar confunde-se facilmente com a família nuclear, principalmente se o pai biológico das crianças estiver ausente.

Os entrevistados para a pesquisa que viveram primeiros casamentos de longa duração não são tão jovens como os anteriores, pois muitos deles já tinham ultrapassado os quarenta anos de idade. Algumas das mães guardiãs permaneceram um pouco mais tempo em situação de monoparentalidade, e os parceiros conjugais escolhidos por estas mulheres são também quase todos divorciados ou separados, e maioritariamente pais não guardiães dos seus filhos. Pelo facto de não terem vivido com os seus enteados quando eles eram pequenos, estes padrastos mantêm com os filhos das suas mulheres relações mais distanciadas e menos afectivas. Porque estas configurações familiares recompostas representam um tipo de estrutura de geometria variável e,

por isso, mais complexa, torna-se mais difícil esconder as suas especificidades e diferenças em relação às estruturas familiares nucleares.

Nesse sentido, também é clara a centralidade das mães nestas configurações. Tal não significa, todavia, que essa centralidade não represente mais do que a continuidade da importância destas mulheres na educação, nos cuidados e no acompanhamento quotidiano das suas crianças, independentemente do tipo de estrutura familiar em que vivem. Contudo, nas configurações familiares recompostas, os lugares e os papéis de todos os elementos do grupo doméstico são em grande parte determinados por estas mães guardiãs. O mesmo é dizer que são elas que gerem a coexistência entre as relações de parentalidade social e biológica nestas famílias.

No que respeita à parentalidade social, será também importante dar alguma ênfase ao facto de a experiência anterior de parentalidade biológica ser, para além da classe social, uma variável condicionante do tipo de relacionamentos que se vão estabelecendo, ao longo do tempo, entre padrastos e enteados. Muito embora para alguns padrastos o facto de terem sido pais antes da recomposição lhes tenha transmitido mais experiência para lidarem com os filhos das suas mulheres, para outros, serem pais e não acompanharem o quotidiano dos seus filhos gerou um sentimento de frustração e um afastamento quanto aos enteados. Em contrapartida, os padrastos que só foram pais após a recomposição viram-se “obrigados” a recalcar algumas expectativas associadas ao início de uma relação amorosa devido à presença constante de crianças nessa relação.

Conclusão

O panorama que é possível traçar sobre a família, nos seus diversos contornos, a partir da análise aqui realizada, mostra que esta tem passado por um processo constante de mudanças, acompanhando de resto as demais dinâmicas sociais, mas prevalece como uma instituição robusta ao contrário do que recorrentemente se tem afirmado. Nas suas formas plurais e nas novas configurações que vai assumindo, a família continua a ser importante ponto de ancoragem na vida dos indivíduos, representando dos grupos sociais mais duradouros a que estão ligadas as experiências biográficas de cada um, no decurso da sua trajectória. As diversas mutações sociais são, assim, acompanhadas e têm reflexo nos vários modelos de família coexistentes, sobressaindo nas últimas décadas os efeitos decorrentes de novos comportamentos e valores acerca dos papéis de género, bem como sobre a importância da autonomia e realização individuais.

A partir da análise de algumas séries temporais de indicadores foi possível constatar a reconfiguração dos estilos de vida familiar consubstanciada, entre outros aspectos, no retardar da transição para a conjugalidade e a parentalidade, no decréscimo da natalidade e da dimensão média das famílias, no aumento das taxas de divórcio e de crianças nascidas em conjugalidades

informais, evidências de uma aproximação progressiva da sociedade portuguesa aos processos sociais da modernidade avançada.

Outro indicador bem expressivo a destacar, mas que se reveste de contornos específicos inerentes ao processo de democratização política da sociedade portuguesa e ao período que o antecedeu, é o da forte participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho.

Na comparação com os demais países da União Europeia a partir dos dados do Eurostat, Portugal está mais próximo dos países do Sul e Leste europeu, com mais famílias extensas, mais filhos adultos a permanecerem em casa dos pais e unidades residenciais de pessoas sós constituídas maioritariamente por pessoas idosas, situação esta que perde relevo nos países do Centro e principalmente do Norte da Europa.

Este conjunto de diferenças parece, contudo, tender a esbater-se, sobressaindo em todos os países as famílias de casais, com ou sem filhos. Temos assim uma Europa dos casais, já que estar em casal — através do casamento ou da coabitação — é a situação familiar predominante. De resto, ser mesmo formalmente casado (58%) é o estado civil mais frequente, estando solteiros 28% e sendo pouco expressivas as situações de separação (2%), divórcio (5%) ou de viuvez (7%). Vivem ainda em coabitação 20% dos europeus. Razões sem dúvida para reforçar a ideia de uma Europa dos casais, revelando a fraca representação das famílias monoparentais ou dos divorciados o facto de estarmos, decerto, perante situações transitórias. Os que se divorciam ou separam voltam à conjugalidade através do casamento ou da coabitação.

As grandes mudanças a que temos assistido nos últimos anos têm como resultante final o retrato genérico que agora se evidencia: a prevalência da vida familiar em várias modalidades — em casal com ou sem filhos, ou a viver com os ascendentes — sobrepõe-se claramente às situações em que se está sozinho com ou sem filhos. É esta variedade de modos de vida em família, constituída pelo casamento formal ou pela coabitação, resultando de um primeiro ou de um segundo casamento ou união de facto, que prevalece na Europa.

Trata-se dos efeitos da chamada sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias modernas e da modernidade tardia, que ao contrário de produzirem estilhaçamentos produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas. Diversidade que se amplia, como é evidente, quando através de um olhar de perto comparamos os países entre si.

A valorização da família como prioridade absoluta na vida pessoal dos europeus é outra resultante claríssima. A análise dos valores a que sequencialmente se dá importância contribui para concluir igualmente por uma visão moderna, não tradicional, da família. Valoriza-se, depois da família, e na grande maioria dos países, os amigos. Em terceiro lugar está o lazer e em quarto o trabalho, trocando de posição os últimos dois valores nalguns países. A valorização da família está completamente dissociada da religião. Os afectos e o tempo para os

usufruir, em associação próxima com o trabalho, constituem sem dúvida as dimensões da vida a que os europeus dão mais importância.

Foi ainda no plano dos valores muito interessante verificar, para desconstruir visões essencialistas sobre as diferenças entre homens e mulheres, que é quanto à valorização do trabalho que as diferenças entre os sexos se anulam praticamente, mostrando que este é uma referência tanto para uns como para outras.

Factor central de mudança na maioria dos países tem sido também a crescente integração das mulheres no mercado de trabalho, quer em proporção, quer em horas de trabalho efectivo. Contudo, os efeitos desta reorganização dos papéis de género, na família e no trabalho, são muito diferenciados, dependendo de factores estruturais como rendimentos, taxas de desemprego juvenil, regimes de protecção social mas, sobretudo, da existência de políticas que permitam harmonizar as duas esferas. Sem esses apoios, ou há sobrecarga feminina, ou retracção perante a actividade quando se é mãe, ou ainda diminuição não desejada da descendência média.

A vida familiar, de resto, desenrola-se num quadro específico de constrangimentos que, sem impedir obviamente a acção e as estratégias individuais, impõem limites, dando origem muitas vezes a contradições entre o que realmente se deseja e o que é possível concretizar. Um dos exemplos dessas dessintonias é o facto de ser difícil para os jovens — em especial as jovens — de muitos países, o processo de autonomização, de ter vida e espaço próprios e até de compatibilizar o desejo de constituir família com formas de realização profissional.

No fim da viagem conclui-se que na Europa prevalecem formas de viver e valorizar a família segundo padrões modernos, mais plurais, recusando a visão tradicionalista que acentuava os traços autoritários, patriarcais e institucionalistas das relações familiares. Insiste-se mais na importância da dimensão afectiva, na realização e no bem-estar pessoal no contexto familiar, bem como na igualdade entre os sexos, sem se abdicar da ideia de ter filhos. Dentro deste quadro genérico, as diferenças entre países, no entanto, revelam-se não só no modo de praticar este modelo global como no acento tónico que põem nos valores referidos.

Por fim, foi de alguns destes padrões modernos e plurais, inscritos em modos de iniciar e consolidar um processo de recomposição familiar, que se deu conta no último ponto deste capítulo. Trata-se do estudo de casais em que pelo menos a mulher com filhos de relações anteriores viveu a experiência de outras conjugalidades até à recomposição familiar. Ao analisar os vários momentos decisivos das suas trajectórias conjugais (namoro, primeiro casamento, divórcio, monoparentalidade e recomposição) foi possível identificar dois tipos de dinâmicas — integração e exclusão — inscritas nos dois eixos estruturadores dos processos de recomposição familiar — conjugalidade e parentalidade — consoante condições objectivas de existência, trajectos passados, práticas e representações dos protagonistas destes processos.

Como vimos, o processo de recomposição tanto significa a construção de uma nova conjugalidade como de uma relação de parentalidade social (e talvez biológica), na medida em que este casal conjugal não corresponde ao casal parental biológico para cada uma das crianças da configuração familiar recomposta. A acentuada valorização das conexões biológicas entre pais e filhos nas sociedades contemporâneas tece a teia de ambiguidades relacionais em que habitualmente as famílias recompostas se vêem envolvidas. Tal ambiguidade é, sem dúvida, reforçada pela figura do padrasto que surge aos olhos de todos como o principal intruso na filiação através do sangue.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de (2004), *Fecundidade e Contraceção*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (2000), "Family relations: change and diversity", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Crossroads to Modernity: Contemporary Portuguese Society*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2007), "A sociedade", em António Reis (org.), *Retrato de Portugal: Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões (Presidência do Conselho da União Europeia), Temas e Debates, pp. 43-79.
- Almeida, Miguel Vale de (2006), "O casamento entre pessoas do mesmo sexo: sobre 'gentes remotas e estranhas' numa 'sociedade decente'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76.
- Amâncio, L. (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003), "Gender and science in Portugal", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 1 (3), pp. 185-198.
- Amato, P., e A. Booth (1997), *A Generation at Risk: Growing upon an Era of Family Upheaval*, Cambridge, Harvard University Press.
- Beck, U. (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press
- Beck, U., e E. Beck-Gernsheim (2001), *Individualization*, Londres, Sage Publications.
- Berger, Brigitte, e Peter Berger (1983), *The War over the Family*, Londres, Hutchinson.
- Bernard, Jessie (1971 [1956]), *Remarriage. A Study of Marriage*, Nova Iorque, Russell & Russell.
- Billari, Francesco, Dimiter Philipov, e Pau Baizán (2001), *Leaving Home in Europe. The Experience of Cohorts Born Around 1960*, Rostock, Alemanha, Max Planck Institute for Demographic Research.

- Bohannon, Paul (org.) (1970), *Divorce and After*, Nova Iorque, ADoubleday Anchor Book.
- Bozon, M. (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2, pp. 409-434.
- Connel, R. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos*, Lisboa, Imprensa de Ciencias Sociais.
- Duberman, Lucile (1975), *The Reconstituted Family. A Study of Remarried Couples and their Children*, Chicago, Nelson Hall.
- Durkheim, Émile (1975 [1892]), *Textes, Fonctions Sociales et Institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Engelhardt, Henriette, e Alexia Prskawetz (2002), *On the Changing Correlation Between Fertility and Female Employment over Space and Time*, MPIDR Working Paper WP 2002-052, em www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2002-052.pdf
- Escobedo, A., E. Fernandez, D. Moreno, e P. Moss (2002), "Surveying demand, supply and use of care: consolidated report", em *Care Work in Europe: Current Understandings and Future Directions*, Londres, Thomas Coram Research Unit, Institute of Education, University of London.
- Ferreira, Ana Cristina, Cristina Lobo, Isabel Tiago de Oliveira, e Madalena Ramos (2008), "O recasamento: tendências actuais", *Revista de Estudos Demográficos*, 42, pp. 31-59, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes.
- Ferreira, Virginia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego: uma análise do caso português no quadro europeu", em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal. Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Furstenberg, Frank F. Jr (1987), "The new extended family: the experience of parents and children after remarriage" em Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman, *Remarriage and Stepparenting. Current Research and Theory*, Nova Iorque, Guilford Press, pp. 42-61.
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (2001), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Goldthorpe, J. E. (1987), *Family Life in Western Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Guerreiro, M., e I. Romão (1995), "Famille et travail au Portugal: la coexistence de différentes dynamiques sociales", em T. Willemsen, G. Frinking e R. Vogels (orgs.), *Work and Family in Europe. The Role of Policies*, Tilburg, TUP, pp. 151-165.
- Guerreiro, M., e P. Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores (2000), "Conciliação entre a vida profissional e a familiar: apresentação", em Teresa Diniz, *Conciliação entre a Vida Profissional e a Familiar*, Lisboa, CCFSE.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós: múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 31-49.
- Guerreiro, Maria das Dores, Maria Abranches, e Inês Pereira (2003), *Conciliação entre vida profissional e vida familiar. Políticas públicas e práticas dos agentes em contexto empresarial*, Lisboa, CIES-ISCTE, (relatório final de pesquisa).

- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes e Inês Pereira (2004), *Transitions: Gender, Parenthood and the Changing European Workplace. Case Studies Summary Report*, Manchester, Manchester Metropolitan University.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Patrícia Ávila (1998), *Conciliação entre Família e Trabalho*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- <http://www.oecd.org/dataoecd/29/42/1939233.pdf>.
- <http://www.sociology.org/content/vol006.004/lwk.html>.
- INE (2000), *Inquérito à Ocupação do Tempo*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Estatísticas Demográficas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Indicadores Sociais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Inquérito ao Emprego*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Kaufmann, J. (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kellerhals, J., e outros (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, Lausana, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kimmel, M. (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Klement, C., e B. Rudolph (2004), "Employment patterns and economic independence of women in intimate relationships", *European Societies*, 6 (3), pp. 299-318.
- Ladurie, Emmanuel (2000 [1975]), *Montailou: Cátaros e Católicos numa Aldeia Occitana, 1294-1324*, Lisboa, Edições 70.
- Lalanda, Piedade (2002), "Casar pelo civil ou na igreja", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 69-83.
- Lasch, Christoffer (1977), *Haven in a Heartless World. The Family Besieged*, Nova Iorque, Basic Books.
- Laslett, Peter, e Richard Wall (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Le Gall, Didier, e Claude Martin (1991), *Composer avec le Logement: Recomposition Familiale et Usage de l'Espace Domestique*, Centre de Recherche sur le Travail Social, Université de Caen.
- Levy, R., E. Widmer, e J. Kellehals (2002), "Modern family or modernized family traditionalism? Master status and the gender order in Switzerland", *Electronic Journal of Sociology*, 6 (4).
- Levy, René (2005), *Phases of Individual and Family Life, and Sex-Specific Master Statuses: Two Necessary Lenses for Getting Depth of View about Family Interactions*, Keynote speech at the Lisbon Workshop on Contemporary Families of the ESA Research Network 9, Sociology of Families and Intimate Lives, 3-4 de Março.
- Lobo, Cristina (2007), *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um Processo de Transição*, tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Lobo, Cristina, e Cristina Conceição (2003), "O recasamento em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 141-159.
- Monteiro, R. (2005), *O que Dizem as Mães*, Coimbra, Quarteto.
- OCDE (2002), *Employment Outlook. Statistical Annex*, em <http://www.oecd.org/dataoecd/29/42/1939233.pdf>.

- Oinonen, E. (2004), "Starting the first family", *European Societies*, 6 (3), pp. 319-346.
- Parsons, Talcott (1971 [1955]), "A estrutura social da família", em Ruth N. Anshen (org.), *A Família: a sua Função e Destino*, Lisboa, Ed. Meridiano.
- Prince-Gibson, E., e S. Schwartz (1998) "Value priorities and gender", *Social Psychological Quarterly*, 61, pp. 49-67.
- Qvortrup, Jens (1989), "Comparative research and its problems", em K. Boh, M. Bak, C. Clason, M. Pankratova, J. Qvortrup, G. B. Sgritta e K. Waerness (orgs.), *Changing Patterns of European Family Life*, Londres, Routledge.
- Roussel, L. (1992), "La famille en Europe occidentale: divergences et convergences", *Population*, 47, pp. 133-152.
- Sainsbury, D. (org.) (1994), *Gendering Welfare States*, Nova Iorque, Sage Publications.
- Saraceno, C., M. Olagnero, e P. Torrioni (2005), *First European Quality of Life Survey: Families, Work and Social Networks*, Dublin, European Commission, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions
- Saraceno, Chiara, e Manuela Naldini (2003), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin.
- Sennet, Richard (1988), *O Declínio do Homem Público. As Tiránias da Intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Shorter, Edward (1975), *The Making of the Modern Family*, Nova Iorque, Basic Books.
- Silva, Francisco Vieira da (2006), *Família, Individualização e Experiências da Homossexualidade em Portugal*, dissertação de mestrado, Lisboa, ICS-UL.
- Singly, François de (org.), (1991), *La Famille: L'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan.
- Therborn, G. (2004), *Between Sex and Power: Family in the World, 1900-2000*, Londres, Routledge.
- Torres, Anália (1996a), *O Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (1996b), "Os jovens e a família", em J. F. Almeida e outros, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures.
- Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, F. Silva, T. Monteiro, e M. Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego).
- Torres, Anália, R. Mendes, e T. Lapa (2006), "Famílias na Europa", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Torres, Anália e Rui Brites (2006), "Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, e Maria das Dores Guerreiro (2005), "A divisão familiar do trabalho", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin, e Sofia Aboim (2003), "Perfis regionais de mudança familiar", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 97-100.

